

FUNAI quer ação

índio-branco para integrar Amazônia

O extermínio de índios, a comprovada corrupção do antigo SPI e o recente massacre da expedição do padre Calleri — para citar apenas alguns problemas com que se vem defrontando a questão da integração do indígena brasileiro — levaram o presidente da Fundação Nacional do Índio, sr. José de Queiroz Campos, a elaborar um plano, propondo sua urgente associação ao branco na tarefa de ocupar e desenvolver a Amazônia.

O plano ao prever ocupação da Amazônia pelas populações indígenas, sugere que "se o índio amazônico pode transformar-se de canoero nato em excelente seringueiro, também poderá, nos empreendimentos extrativos mineiros, e até em certas atividades industriais, transformar-se em insubstituível sócio do branco nas tarefas de ocupação territorial e desenvolvimento econômico da Amazônia". Quer ainda o Plano de Integração Indígena a criação de Colônias Indígenas de Fronteira e de Colônias de Penetração.

RESTA DE CARGA

A introdução do Plano faz uma série de acusações à exploração que sofre o silvícola, no Brasil, "onde é usado como atalala e besta de carga dos colonos e ocupantes de suas terras, sem qualquer compensação". Sendo uma das regiões mais ricas e menos racionalmente exploradas e, por isso mesmo, despertando a cobiça internacional, a Amazônia concentra a maior população indígena do Brasil. Esses índios, segundo diz o Plano, já foram experimentados várias vezes, com êxito, nas tarefas de penetração do território e aproveitados na extração de diversas riquezas vegetais e animais, além de alguns minérios, mais recentemente. O sr. Queiroz Campos, diz a certa altura, "que os civilizados destroem as tabas indígenas sem propiciar-lhes os benefícios da aculturação ou desenvolvimento econômico. Sacrificados pelos maus tratos, pelo contágio, pela violência armada, perde-se, com o índio, o autêntico habitante da selva, o melhor instrumento de que dispomos para a sua verdadeira ocupação".

Segundo o próprio Plano de Integração Indígena, seu principal objetivo é ocupar a Amazônia, com a ajuda do índio. O exame detalhado do problema, pelos órgãos competentes do Governo, demonstra que o Brasil, ao assumir um compromisso internacional de integração do silvícola, não o fez levemente, sendo consciente de que respondia a um anseio nacional, acalentado no Império por José Bonifácio e heróicamente defendido, na fase republicana, pelo marechal Rondon. O item número um do Plano de Integração Indígena, que trata da mobilização de agências, diz em certo trecho que os compromissos assumidos pelo Brasil, perante a Organização Internacional do Trabalho, com referência às populações indígenas e nos termos da Instrução nº 107, promulgada pelo Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 1966, envolvem tamanha amplitude, que não podem ser atendidos exclusivamente pela Fundação Nacional do Índio, por vários motivos, entre os quais o mais importante é porque a população silvícola brasileira, de aproximadamente 100 mil pessoas, está espalhada por 15 Estados e três Territórios federais, numa área superior a 500 quilômetros quadrados. Essa densidade mínima de um habitante por cinco quilômetros quadrados se agrava bastante, tendo em vista a dispersão dos núcleos indígenas no seio da população geral, de que representam um por 850 habitantes.

Outro problema que enfrenta a FUNAI é que as distâncias entre os diversos núcleos indígenas e a sua sede exigem uma infra-estrutura de transporte aéreo e telecomunicações muito dispendiosa, impondo a cobertura indispensável dos Ministérios da Aeronáutica e das Comunicações. Mais da metade da população indígena se dispersa entre a Amazônia legal (áreas cobertas pela SUDAM e SUDECO) e pelo menos 1/3 depende do transporte fluvial, o que condiciona o apoio logístico dos Ministérios da Marinha e dos Transportes. Continuando, o Plano de Integração Indígena pede maior apoio do Ministério da Saúde para controlar as endemias nativas e as que surgem com o contágio dos civilizados.

ESFORÇO COMUM

O Plano de Integração Indígena pede um esforço de todos os Ministérios e órgãos para ajudar a salvar o índio brasileiro: "continuadamente agredidos em sua integridade pelos civilizados, com relação às riquezas naturais da terra que habitam, o problema da segurança dos índios exige a ação do Departamento de Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça, assim como das polícias estaduais, municipais e locais" — prossegue o presidente da FUNAI focalizando o desenvolvimento das comunidades aculturadas que nos territórios tribais se dedicam a atividades agrícolas e pastoris, encorajando até investimentos agro-industriais. Por isso, pede à FUNAI que o Ministério da Agricultura e seus órgãos (IBRA, INDA, etc) ajudem através de empréstimos, amparo técnico e de material, os índios brasileiros.

"Só há índios não aculturados, isto é, com contato regular ou episódico com os grupos civilizados, na Amazônia legal, nesta compreendidos os territórios de Roraima, Roraima e Amapá, além dos Estados do Acre, Mato Grosso e Pará e Maranhão, e parte de Mato Grosso e Goiás. Os índios primitivos, assim considerados os que

apenas eventualmente sabedores da existência do elemento branco e que por isso ainda conservam seus costumes e instituições tribais, são os que predominam nas fronteiras norte e oeste, na linha que vai do extremo leste do Amapá ao extremo sul de Rondônia. Na chamada Faixa de Fronteira, vivem mais de 29 mil índios".

INVASÕES

Onde existe o contato indiscriminado com o civilizado, as populações indígenas estão desaparecendo consideravelmente. É a acusação contida no Plano de Integração Indígena, que deverá ser pôsto em prática logo assim que estiverem concluídas as negociações governamentais. Já no princípio deste século a Amazônia já havia sido invadida. Em 1955, com o início do Plano Rodoviário Nacional, a parte oriental da Amazônia sofreu novo "ataque" de novos invasores. O plano elaborado pelo presidente da FUNAI abraça (e pede) a colaboração efetiva do Governo para "combater-se as distorções que surgiram e ainda surgem em relação à ocupação territorial".

A FUNAI diz que confiar a integração da Amazônia somente a seus esforços é criar uma utopia. Principalmente devido aos seus pequenos recursos — pouco mais de sete milhões de cruzeiros novos — e ao reduzido número de servidores, que não ultrapassam 700. Os objetivos de abastecer, desbravar e guardar as fronteiras, onde existem índios, permanecem desde o Primeiro Plano Quinquenal do SPVEA. Essas colonizações seriam divididas em três grupos: mistas de nacionais e estrangeiros, próximas às cidades que possuem mais de 50 mil habitantes, atribuindo a cada família um lote de 25 hectares, com título definitivo depois de dois anos de auto-suficiência econômica; mistas de caboclos e índios, em lotes de 30 hectares, em território tribal, pagando o caboclo uma taxa de ocupação em benefício do silvícola, dedicada ao terraço à lavoura de subsistência, com exploração agro-industrial e, finalmente, colônias exclusivamente de silvicultores, com assistência de civilizados, sem limites pré-definidos, em territórios tribais, para a extração de riquezas vegetais, além da produção de aves, ovos e latéxias.

Essas colônias teriam a colaboração financeira de bancos regionais, Banco do Brasil, agências financeiras nacionais e estrangeiras, e atuariam mais ou menos dentro da seguinte linha: auxílio mensal às famílias durante o primeiro ano de instalação, distribuição gratuita de sementes, mudas, adubo, inseticidas, fungicidas, ferramentas, mudas e pequenos animais para criação. Outros serviços, como o fornecimento de plantadeiras manuais, seriam prestados, assim como a urbanização total das colônias, transformando-as em pequenas cidades, com traçado de ruas e tudo mais. As Colônias Indígenas de Fronteira seriam também instaladas junto a estabelecimentos militares, seguindo os mesmos quesitos de uma colônia normal.

COLÔNIAS DE FRONTEIRA

O Plano de Integração Indígena prevê, para as colônias de fronteira, algumas modificações contidas no Plano Quinquenal do antigo SPVEA. Por exemplo, elas serão em número de 15 e terão como para-choque de aviação, serviço de comunicações, residência do encarregado, sede, ambulatório, escola, valões e outros imóveis para transformar as colônias em autênticas cidades. As construções, serão de alvenaria e cercadas de pomares, roçados indígenas e criação de animais.

COLÔNIAS DE PENETRAÇÃO

Essas colônias têm o intuito de fixar uma população preexistente, dando-lhes instrumentos, assistência médica, econômica, social, educacional e sanitária. O planejamento dessas colônias deve seguir normas como: situação geográfica razoável, união de métodos entre indígenas, aumento dos incentivos nos problemas agrícolas, pastoris, industriais ou mistos, além da supressão das barreiras culturais, linguísticas, psicológicas e consuetudinárias. Este trabalho deverá ser feito por antropólogos, etnólogos, médicos, linguistas, enfermeiros, assistentes sociais, agrônomos, veterinários, engenheiros, economistas e pessoal operacional.

Deverão ser instaladas 25 Colônias Indígenas de Penetração, em vários Estados e Territórios, além da criação de Colônias Indígenas Agro-pastoris, alguns parques indígenas, delegacias e ajudâncias.

Para o sr. José de Queiroz Campos, não há índios hostis fora da Amazônia e o seu número ainda não foi calculado. As lutas entre as tribos estão diminuindo, segundo o presidente da FUNAI, mostrando-se mais fácil a aproximação dos civilizados, como ocorreu, recentemente, no eixo da rodovia Manaus-Boa Vista ainda em fase de construção. O próximo programa de ocupação prevê a ocupação pacífica de índios em Roraima. Uma frente de pacificação, utilizando dois seranistas e 50 servidores, gastará diariamente mais de 500 cruzeiros novos, despesa que poderá aumentar gradativamente com a instalação de novos postos colonizadores. O Plano de Integração Indígena, segundo o presidente da Fundação Nacional do Índio, será uma "linda realidade", caso o Governo pense realmente em aplicá-lo.

147
14731